



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **INSTRUÇÃO DO PERÍODO**

<b>Processo TC</b>	4742/989/18
<b>Poder</b>	LEGISLATIVO
<b>Município</b>	Colômbia
<b>Entidade</b>	CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBIA
<b>Período</b>	06/2018
<b>Relator</b>	Dr. Antonio Roque Citadini
<b>Unidade Fiscalizadora</b>	UR-08 UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSE DO RIO PRETO
<b>Responsável</b>	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA
<b>Cargo</b>	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
<b>CPF</b>	300.855.758-95
<b>Período de Gestão</b>	01/01/2017 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Mês</b>	<b>Ano</b>
Conciliações Bancárias Mensais	6	2018

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

## 2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Poder não possui Restos a Pagar

## 2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2018	R\$ 1.298.250,08	R\$ 38.967.920,95	3,3316%	3,3316%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2018, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 3,3316%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

## 2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ -15.617,89
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0.00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 47.251,44
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 202.708,12
(=) Liquidez do Período	R\$ -265.577,45
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 1.040.000,00
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 774.422,55
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 0,00

Embora o resultado acima projetado para o exercício, apresente equilíbrio, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, fato esse que merece toda a atenção da Administração, ensejando o acompanhamento para que a situação projetada se mantenha, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 56,02%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 940.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 526.619,16
<b>Despesa com folha/Transferências realizadas</b>	<b>56,02%</b>

Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%
--	--------

## 2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 30.024.919,38
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 30.317.504,51
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 225.000,00
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
<b>Apuração do limite (sem CIP)</b>	<b>0,75%</b>
<b>Apuração do limite (com CIP)</b>	<b>0,74%</b>

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,74%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

## 2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	6218
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 30.024.919,38
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 30.317.504,51
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 2.122.225,31
Total de Despesas do exercício	R\$ 1.205.577,45
<b>Percentual Apurado (sem CIP)</b>	<b>4,02%</b>
<b>Percentual Apurado (com CIP)</b>	<b>3,98%</b>

(\*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 3,98%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

## 3 - Assunto de Fiscalização: ANÁLISE OCP

### **3.1 - ANALISE OCP**

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 06/09/2018

**Hora da Geração:** 22:24:27